



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. III (2002)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Mouro para os cristãos e cristão para os mouros - o caso Bentafufa

Maria Augusta Lima Cruz 

Como Citar | How to Cite

Cruz, Maria Augusta Lima. 2002. «Mouro para os cristãos e cristão para os mouros - o caso Bentafufa». *Anais de História de Além-Mar* III: 39-63. <https://doi.org/10.57759/aham2002.46873>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores

Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal

<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2002. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2002. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).

The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

MOURO PARA OS CRISTÃOS E CRISTÃO PARA OS MOUROS – O CASO BENTAFUFA

por

MARIA AUGUSTA LIMA CRUZ *

A Rome, tu étais «le fils de l'Africain»; en Afrique, tu seras «le fils du «Roumi»». Où que tu sois, certains voudront fouiller ta peau et tes prières. Garde-toi de flatter leurs instincts, mon fils, garde-toi de ployer sous la multitude! Musulman, juif ou chrétien, ils devront te prendre comme tu es, ou te perdre. Lorsque l'esprit des hommes te paraîtra étroit, dis-toi que le terre de Dieu est vaste, et vastes Ses mains et Son cœur. N'hésite jamais à t'éloigner, au-delà de toutes les mers, au-delà de toutes les frontières, de toutes les patries, de toutes les croyances.

(Derradeiras palavras de Leão Africano a seu filho, segundo a autobiografia imaginária, *Léon l'Africain*, de Amin Maalouf)

Introdução

Compulsando a documentação relativa à história da ocupação portuguesa da praça marroquina de Safim, desde o processo que antecedeu a conquista desta cidade até sensivelmente aos finais da segunda década do séc. XVI, a nossa atenção não pode deixar de se prender na figura controversa de um homem que, ao tempo, suscitou polémica e, a seu jeito, transgrediu os tradicionais alinhamentos do secular confronto entre muçulmanos e cristãos. Trata-se de um «mouro» que, nas fontes árabes, aparece geralmente designado pelos nomes «Yahya ben Ta'fuft» e «Yahya u Ta'fuft»¹. Nos textos em

* Universidade do Minho. Investigadora do Centro de História de Além-Mar.

¹ A partícula berbere «u» que, na segunda forma, liga o nome ao sobrenome, é bem provável que remeta, não para a sua filiação, mas para a terra donde seria originária a sua família: Tafuf ou Tanfuf, aldeia situada na região de Xerquia, a quinze léguas de Azamor, junto

aljamia: tanto aparece referenciado pela reprodução do primeiro nome, Ihahia / Ihea / Hehea / Hea / Iehie, precedida frequentemente pelo título «cide» / «side»; como pela do sobrenome, ligado ou não à partícula de filiação «ben», Tanfut / Tafuf / Tafuu / Bentaful / Bentafula /.

Tudo indica que este «mouro», que passaremos a designar por Bentafula², era de origem berbere. Nesse sentido aponta o testemunho de Estêvão Rodrigues Bérrio quando, em 1514, aconselhava o rei D. Manuel a atribuir-lhe uma guarda de cem cavaleiros, porque «Vossa Alteza será servido e o Mouro será estimado entre os Alarves (*entenda-se* «árabes»), e as cousas que cumprem a vosso serviço serão feitas, porque este mouro é bárbaro («berbere») e não se faz às vezes o que ele manda pera isto»³.

Bentafula foi, com o capitão e governador de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde, um dos principais obreiros de criação de um protectorado português nas planícies meridionais de Marrocos, através da constituição de um vasto campo de «mouros das pazes», que abarcava inicialmente as terras de Garabia e Abida e, após a conquista de Azamor (1513), também as de Xerquia, ou seja, toda a região de Duquela. Uma experiência de alargamento da área de intervenção territorial portuguesa que, embora efémera, muito deveu à colaboração prestada por este muçulmano que, durante cerca de oito anos (1510/1511 a 1518), foi, por nomeação da Coroa portuguesa, alcaide dos referidos «mouros das pazes». No seu acidentado percurso de vida, recheado de campanhas militares nos campos marroquinos e de missões político-diplomáticas junto dos senhores e reis locais, destacam-se duas estadias em Portugal: a primeira de 1507 a 1510/1511; a segunda, de 1514 a 1516. Em ambas, partiu da sua terra natal sob suspeita de traição aos portugueses, em ambas a ela regressou ilibado de acusações e com poderes e competências reforçados.

ao rio Morbea (Umm al-Rabi). Cf. anotações de Pierre de CÉNIVAL à carta de João de Meneses a D. Manuel, s.l., n.d. (Azamor, cerca de 15 de Fevereiro de 1514), pub. em *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, Première série – Dynastie Sa'dienne – Archives et Bibliothèques de Portugal, tome I (Juillet 1486 – Avril 1516), Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 482, n. 2, e p. 483, n. 4. Doravante, passaremos a designar esta colectânea pelo título abreviado de *Sources Inédites*.

² Seguimos a forma utilizada por David LOPES, *Textos em aljamia portuguesa - Documentos para a História do domínio português em Safim, extrahidos dos originaes da Torre do Tombo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.

³ Carta de Estêvão Rodrigues Bérrio a D. Manuel, Tavira, 19 de Maio de 1514, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), *Corpo Cronológico*, I-15-39, pub. em *Documentos do Corpo Chronologico relativos a Marrocos (1488 a 1514)*, coordenados, revistos e prefaciados por António BAIÃO, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, pp. 90-93; *Sources Inédites*, I, pp. 552-558.



Projecção da área sob influência portuguesa e incursões feitas a partir de Safim (1510-1516), mapa publicado por André Pinto S. D. TEIXEIRA, «Nuno Fernandes de Ataíde, o nunca esta quedo capitão de Safim», *A Nobreza e a Expansão – Estudos Biográficos*, coord. de João Paulo Oliveira e COSTA, Cascais, *Patrimónia*, 2000, p. 204.

É bem significativo o volume de fontes de arquivo existentes sobre este alcaide, não só escritas em línguas românicas como em árabe. Também cronistas e tratadistas da época como, entre outros, Damião de Góis ⁴, Diego

⁴ *Chronica do felicissimo rei Dom Emmanuel, dividida em quatro partes* (1.^a edição, 1566-1567), edição de J. M. Teixeira de CARVALHO e David LOPES, Coimbra, 1926.

de Torres⁵, Leão Africano⁶ e Luis del Mármol Carvajal⁷, lhe dedicaram especial atenção nas suas obras. De entre eles destacam-se Leão Africano e Damião de Góis.

O primeiro porque, nas suas andanças diplomáticas em Marrocos (1508 a 1515), ao serviço dos sultões oatácidas de Fez, conheceu bem o mundo magrebino da época, assim como os efeitos da investidas portuguesas na região, que testemunha sob a perspectiva do olhar muçulmano. Acresce ainda que teve oportunidade de conhecer pessoalmente Bentafufa: foi ele o seu interlocutor em missão diplomática junto dos portugueses de que o incumbiram o rei de Fez e o Xarife, «príncipe de Sus e Hea»⁸; com ele coabitou aquando da sua passagem pela localidade de Tumeqlast:

Io fui in questa terra allogiato com Sidi Iehie, che era venuto a scuoter li tributi di quel paese in nome del re di Portogallo, dal qual era stato fatto capitano della campagna di Azafi⁹.

Quanto ao segundo, Damião de Góis, porque foi aquele que mais informação carregou sobre a actuação de Bentafufa, apresentando, por vezes, versões variantes das transmitidas pelas vias oficiais, algumas das quais teria colhido em testemunhos orais e em testemunhos escritos hoje eventualmente perdidos.

Refira-se, por último, que são conhecidos pelo menos catorze documentos da autoria de Bentafufa, dos quais dez cartas dirigidas ao rei D. Manuel.

Além das cartas a D. Manuel, há uma dirigida a um tal D. Nuno (sem apelido, possivelmente Nuno da Cunha, o que foi vedor da Fazenda e governador da Índia) e outra a seu tio e aos habitantes de Cernu. Os restantes textos são duas ordenanças de nomeação de almocadéns, acompanhadas dos códigos penais das respectivas tribos.

Todos estes escritos da autoria de Bentafufa se conservam nos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo: nove são originais (quatro escritos em árabe e cinco em português); os restantes são cópias da época, escritas quer em árabe, quer em tradução portuguesa, quer em aljamiado (tradução portu-

⁵ *Relacion del origen y suceso de los xarifes y del estado de los reinos de Marrocos, Fez y Tarudante* (1.ª edição, póstuma, 1586, sendo a redacção anterior a 1575), nova edição anotada de Mercedes García ARENAL, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1980.

⁶ «Della descrizione dell'Africa e delle cose notabili che quivi sono per...», *Navigazioni e viaggi*, de Giovanni Battista RAMUSIO, vol. I (1.ª edição, 1550), edição de Marica MILANESI, Turim, Einaudi Editore, 1978, pp. 9-460.

⁷ *Descripcion general de Affrica, con todos los sucesos de guerras que a auido entre los infieles, y el pueblo Christiano...*, Granada / Málaga, 1573 e 1599.

⁸ Leão AFRICANO, *Della descrizione dell'Africa*, ed. cit., p. 110.

⁹ *Idem, ibidem*, p. 92. A localidade, em que ocorreu este encontro, situava-se a pouco mais de 20 km da costa e a cerca de 50 km da cidade de Marráquexe.

guesa em caracteres árabes). De alguns, possuem-se mesmo três versões contemporâneas: em árabe, em tradução portuguesa e em aljamiado.

Nos finais do século XIX, David Lopes publicou grande parte destes documentos, assim como outras fontes de arquivo relativas à história do domínio português em Safim, na colectânea *Textos em aljamia portuguesa*, precedendo-a de uma introdução, que inclui um encomiástico capítulo dedicado à figura de Bentafufa, a cuja actuação como alcaide dedicou, anos mais tarde, atenção especial num dos capítulos que escreveu sobre os portugueses em Marrocos para *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres¹⁰. Posteriormente, estes e outros documentos viriam a ser publicados por Pierre de Cénival, David Lopes e Robert Ricard na monumental recolha de fontes sobre Marrocos, *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc, Première série – Dynastie Sa'dienne*, feita em arquivos e bibliotecas de Portugal¹¹.

A partir destas fontes e do seu cruzamento com muitas outras sobre a expansão portuguesa em Marrocos, particularmente em Safim, procuraremos, neste estudo, gizar a trajetória de Bentafufa. Um percurso cujo sentido tentaremos compreender à luz, não só da evolução das estratégias de poder e do complexo jogo de lealdades e de alianças, mas também da multiplicidade de experiências e vivências que as expansões marítimas europeias, designadamente ibéricas, configuraram.

O caso de Bentafufa ilustra a história de um homem que, sem arrenegar da fé em que nasceu e foi criado, escolheu colaborar com o «infiel» e invasor e, ao serviço dele, conduzir acções armadas contra / entre os seus «compatriotas» e irmãos de religião. E, em última análise, testemunha o drama de um homem que, pouco antes de morrer assassinado, confessava:

Os Mouros dizem que sou cristão, e os Cristãos dizem que sou mouro, e assim estou em balanças sem saber o que hei-de fazer de mim, senão o que Deus quiser, e quem boa correição tiver Alá o salvará¹².

¹⁰ Cf. capítulo V – «Os portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel», da *História de Portugal*, dirigida por Damião PERES, Barcelos, Portucalense Editora, 1931, pp. 485-499; a resenha biográfica de David Lopes, assente na *Crónica de D. Manuel* e em documentos não datados publicados nos *Textos em aljamia*, enferma de algumas imprecisões no ordenamento dos passos fundamentais da vida do alcaide.

¹¹ Para o estudo em apreço, só os dois primeiros tomos interessam: tomo I (Julho de 1486 a Abril de 1516), organizado por Pierre de CÉNIVAL, Paris, Paul Geuthner, 1934; tomo II (Maio de 1516 a Dezembro de 1526), organizado por David LOPES e Robert RICARD, Paris, Paul Geuthner, 1939.

¹² Carta de Bentafufa a D. Nuno, s.l., n.d. (escrita dos arredores de Safim, depois de 24 de Junho de 1517), IAN/TT, Casa dos Tratados, Documentos árabes, Caderno dos aljamiados; pub. David LOPES, *Textos em aljamia*, pp. 62-71, e *Sources Inédites*, II, pp. 106-110.

1. De Marrocos a Portugal – a ascensão de um caudilho (1506-1510)

Nada sabemos sobre a vida de Bentafufa até 1506, data em que emerge na vida política de Safim ligado a acontecimentos que, a breve prazo, levariam à conquista desta cidade pelos portugueses, em 1508.

O porto de Safim, sendo uma das principais escáculas da produção cerealífera das planícies meridionais de Marrocos, designadamente Duquela e Enxovia, desde cedo estimulou o interesse português. Interesse acrescido, à medida que a expansão marítima foi avançando para a África sub-sahariana e se foi constatando a importância da Berbéria como produtora de mercadorias de troca essenciais para o resgate do ouro e dos escravos da Guiné.

Trigo, cavalos e panos de Marrocos eram as principais moedas de troca das feitorias de Arguim e da Mina. Dos têxteis – lambéis (*hambels*), alquicés (*haiks*) e aljarvias (*djebalas*) –, os mais apreciados eram os lambéis ou alambéis (semelhantes a mantas alentejanas), de tal modo que D. Manuel, ainda antes da conquista de Safim, ordenou que aí se instalasse uma manufatura ¹³.

Esta uma das razões fundamentais que explica que, a partir da segunda metade do século XV, se assista a uma progressiva intervenção portuguesa nestas regiões marroquinas, bem diferente, pelo menos nos meios, da estratégia de conquista e efectiva ocupação territorial que fora e continuava a ser seguida no norte de Marrocos, o chamado «Algarve de Além-Mar» ¹⁴.

Aproveitando a fragmentação política do território e a situação de insegurança de algumas cidades marítimas que se tinham emancipado do reino de Fez ou do emirado de Marráquexe, a Coroa portuguesa conseguiu nelas instalar feitorias, através de contratos previamente acordados com os seus moradores. Estes, a troco da garantia de protecção e de oferta de condições de comércio em Portugal semelhantes às que gozavam os mercadores portugueses, reconheciam a suserania da Coroa portuguesa, comprometiam-se ao pagamento de um tributo anual e a ceder, nas respectivas cidades, espaços adequados ao funcionamento de feitorias portuguesas. Deste modo, estabeleceram-se senhorios nominais em localidades como Anafé, Azamor, Safim e Meça. No caso de Safim, um primeiro contrato deste tipo teria sido feito por volta de 1450 ou 1460, ainda no reinado de D. Afonso V, posteriormente renovado por D. João II ¹⁵ e D. Manuel I ¹⁶. As «cartas de

¹³ Sobre o assunto ver o estudo pioneiro de Robert RICARD, «Le commerce de Berbérie et l'organisation économique de l'empire portugais aux XV et XVI siècles», *Annales de l'Institut d'Études Orientales de la Faculté des Lettres d'Alger*, II, 1936, pp. 266-290; reed. *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1955, pp. 81-114.

¹⁴ Sobre as diferentes estratégias de expansão portuguesa em Marrocos, no séc. XV, ver António Dias FARINHA, *Portugal e Marrocos no séc. XV*, dissertação de doutoramento, apresentada à Faculdade de Letras de Universidade de Lisboa, Lisboa, 1990, 3 volumes (policopiado), designadamente, pp. 286-292 e 306-310 do vol. I.

quitação» passadas por D. Manuel aos seus feitores de Safim, desde 1491 até à conquista da cidade, em 1508, permitem avaliar a importância comercial de que se revestiu esta região na economia do império ¹⁷.

No entanto, na primeiras décadas do século XVI, verifica-se uma viragem na estratégia de intervenção portuguesa no Marrocos meridional, a qual não pode deixar de relacionar-se com a política imperial de D. Manuel ¹⁸ e com o que poderá considerar-se o projecto recorrente de conquista do reino de Fez, que, apesar dos sucessivos adiamentos, bloqueios e insucessos, foi um sonho que alimentou um «mito» nacional e religioso português até, pelo menos, os finais do século XVI ¹⁹.

Resolvidos com Castela os problemas de partilha da conquista do Norte de África pelos tratados de Alcáçovas/Toledo (1479-1480) e de Tordesilhas (1494) e, mais tarde, pelo convenção de Sintra (1509), o rei D. Manuel teve como primeira preocupação o estabelecimento de fortificações ao longo de toda esta costa marítima. Naturalmente, estas fortificações foram erguidas de preferência nos lugares onde já existiam feitorias portuguesas. Assim, conseguiu autorização para construir uma fortaleza em Meça, logo em 1497. Tentou alcançar similar autorização em Mazagão e Azamor, cerca de 1502, e ainda uma outra vez nesta última cidade, em 1505. Conseguiu erguê-las em Santa Cruz do Cabo de Guer (Agadir), em 1505; Castelo Real de Mogador, em 1506; Safim, em 1507; e Aguz, cerca de 1508. Na maioria dos casos, estas fortalezas foram o primeiro passo para uma posterior conquista dos lugares ou cidades em que as mesmas tinham sido instaladas, e, no seu conjunto, tornaram-se as bases a partir das quais se procurou estender o domínio português para o interior. Um plano que, na região, visava a conquista do emirado de Marráquexe, e se integrava numa estratégia mais lata de cerco e ataque pelo sul ao reino de Fez.

No caso de Safim, foi no conturbado processo que envolveu a construção

¹⁵ Carta patente de D. João II, datada de Setúbal, 16 de Outubro de 1488, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, p. I, m. 1, doc. 43, pub. A. BAIÃO, cit., pp. 3-9, e *Sources Inédites*, I, 25-30.

¹⁶ Cartas patentes do rei D. Manuel, datadas de Setúbal, 12 de Abril de 1496, e de Lisboa, 9 de Dezembro de 1500; IAN/TT, Gaveta 15, maço 5, n.º 17, pub. em *Sources Inédites*, I, pp. 57- 62.

¹⁷ Cf. «Cartas de quitação del Rei D. Manuel», publicadas por Anselmo Braamcamp FREIRE, *Archivo Histórico Portuguez*, Lisboa, vols. I a V e VIII a X, 1903-1916. Sobre a importância económica de Safim, antes e após a conquista portuguesa, veja-se ainda Ahmed BOUCHARB, «A importância de Safi no império comercial português», *Mare Liberum*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n.º 7, Março de 1994, pp. 193-201.

¹⁸ Sobre a política imperial de D. Manuel e a sua estratégia de «cerco» ao Islão, através das campanhas militares em Marrocos e no Índico, ver Luís Filipe THOMAZ, «L'idée impériale manuéline», *La Découverte Portugaise et l'Europe*, Actes du colloque, Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Cultural Portugais, 1900, pp. 35-103.

¹⁹ Cf. Marcel BATAILLON, «Le rêve de la conquête de Fês et le sentiment impérial portugais au XVI siècle», *Mélanges d'études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et de Pierre de Cénival*, Lisboa, Institut Français au Portugal, 1945, pp. 31-39.

da fortaleza que os portugueses, explorando as rivalidades e intrigas entre facções da cidade, levaram a cabo a conquista da cidade.

A partir de 1498, começam a tornar-se claras as intenções de efectiva ocupação²⁰, as quais foram, em certa medida, aceleradas pelas tentativas castelhanas de intervenção política na região. Jogando com as ambições políticas Aziate (Yahya ez-Zayyat) e Abderramão (Abd er-Rahman), os dois sobrinhos de Amadux ben Farão (Ahmed ben Ali), o velho alcaide da cidade, usaram ora um ora outro, para levar a cabo os seus intentos. Levou a melhor Abderramão que, com o apoio português, afastou Aziate, assassinou o tio e assumiu o governo da cidade, em 1498-1499.

Não se apaziguou, no entanto, a situação com o novo alcaide, pois durante o seu mandato Abderramão sempre se opôs à instalação da feitoria portuguesa em espaço fortificado, num braço-de-ferro que progressivamente o empurrou para as fileiras daqueles que eram hostis à intervenção portuguesa na cidade. Seu primo, Aziate, suspeito de inicialmente ter ligações com interesses castelhanos na região, procurou aproveitar a ocasião, movendo influências junto da Coroa portuguesa para o substituir, a troco de várias promessas: i) reconhecimento da suserania portuguesa por parte de algumas tribos de Almedina e do emir de Marráquexe; ii) garantia de que, uma vez alcaide de Safim, autorizaria a construção de uma fortaleza na cidade. Inclusive, deslocou-se a Portugal e logrou convencer D. Manuel que, em 1505, encarregou o comandante da armada do Estreito, Garcia de Melo, de o acompanhar até Safim, para destituir Abderramão. Sem sucesso, todavia, e seria afinal Ali Xemen ou Aliadux (Ali ben Oachman), um servidor do alcaide, que como seu delegado já estivera em Portugal, quem acabaria por o destronar²¹. Para o efeito, conluiou-se com Bentafufa e, a pretexto de um drama doméstico²², assassinou Abderramão. É a propósito deste acto que Bentafufa aparece pela primeira vez citado nas fontes. Segundo alguns testemunhos, limitou-se a apoiar Ali Xemen; segundo outros, foi com ele executante do assassinio. Seja como for, interesses políticos os moveram, pois ambos são dados como chefes de importantes facções da cidade e, de imediato, ambos tomaram conta do poder.

No período conturbado que se seguiu a estes sucessos, que teriam ocorrido no final do ano de 1506, os dois jovens caudilhos tiveram como primeira preocupação garantir a sua posição através do reconhecimento da

²⁰ Denuncia essa intenção a bula do papa Alexandre VI, datada de 17 de Junho de 1499, fixando os limites da diocese de Safim e nela integrando as povoações de Azamor, Almedina, Tite e Mazagão.

²¹ Foi ele que se deslocou a Portugal, em 1500, para obter a confirmação da investidura da Abderramão no cargo de alcaide da cidade, sendo, na carta de D. Manuel, apresentado como «parente e criado» do dito Abderramão. Cf. Carta patente de D. Manuel, Lisboa, 9 de Dezembro de 1500, IAN/TT, Gaveta 15, m. 5, d. 17, pub. em *Sources Inédites*, I, pp. 57-62.

²² Segundo Leão Africano e Damião de Góis, o pretexto foi a oposição que Abderramão fazia às relações amorosas de uma sua filha com Aliadux, que passavam pela ameaça do o mandar matar.

Coroa portuguesa. Recorreram a Diogo de Azambuja, o célebre fundador da fortaleza de S. Jorge da Mina, que ao tempo era capitão de Castelo Real de Mogador. Este, depois de uma breve passagem por Safim, conduziu a Portugal uma delegação de quatro notáveis da cidade, chefiada pelo próprio Ali Xemen. Período de tempo em que Bentafufa ficou em Safim como único alcaide.

Esta delegação, acompanhada mais uma vez por Diogo de Azambuja, regressou a Safim em finais de Julho de 1507. Um pouco antes, já aí ancorara a armada do Estreito, capitaneada por Garcia de Melo, indício claro de que se preparava acção armada, caso os dois alcaides não cumprissem as exigências portuguesas de construção de uma fortaleza na cidade. E, de facto, foram as resistências colocadas, quer por Bentafufa quer por Ali Xemen, ao cumprimento da promessa, feita sob pressão da necessidade, que serviram de pretexto para a consumação da conquista. Arditamente, Azambuja e Garcia de Melo ataçaram rivalidades entre os dois alcaides. Começaram por tentar desenvencilhar-se de Bentafufa, o primeiro que, secretamente, induziu as gentes da terra a não transportar os materiais necessários às obras, convencendo Ali Xemen a introduzir na cidade a tribo dos Beniméguer²³ para assassinar Bentafufa e pilhar as casas dos seus partidários. Este, ignorando a conivência portuguesa no golpe, acolheu-se à protecção da feitoria, de onde, ao fim de oito dias, foi enviado para Portugal. Todos estes sucessos, que são contados com bastante pormenor por Leão Africano e Damião de Góis, ocorreram antes de 13 de Agosto de 1507.

Despachado Bentafufa, Ali Xemen ficou como único alcaide da cidade, mas também ele, embora inicialmente apoiado por Azambuja, começou a hostilizar os trabalhos de construção. E, mesmo que o não fizesse, a ruptura era inevitável, pois, como se disse, o objectivo português era mesmo a conquista da cidade, que acabou por concretizar-se entre Janeiro e Março de 1508. Ali Xemen foi deposto e Diogo de Azambuja assumiu o cargo de primeiro governador português, tendo exercido um curto mandato de cerca de um ano, marcado por prepotências e violências que provocaram a fuga da grande parte dos habitantes de Safim²⁴.

A conduta de Bentafufa em vésperas de ser despachado para Portugal valeu-lhe importantes apoios locais. Deduz-se, por outro lado, que a sua «viagem» forçada a Portugal contribuiu de algum modo para a idealização

²³ Sob várias formas, aparece ortografado o nome desta tribo berbere que também é o de uma montanha situada cerca de 40 km a sudoeste de Safim, na margem direita do rio Tensift: Benimagre (Góis), Beni Maker (Ibn Kaldun), Benimegher (Leão Africano). Cf. *Sources Inédites*, I, p. 193, nota 1.

²⁴ Para além das obras citadas de Leão Africano e de Damião de Góis que fornecem a informação mais detalhada sobre o processo que desembocou na conquista da cidade, podem encontrar-se sínteses sobre o assunto em: Durval Pires de LIMA, *História da dominação portuguesa em Çafim (1506-1542)*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1930; David LOPES, «Os portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel», *História de Portugal*, cit., pp. 413 e segs.; e «La conquête de Safi par les portugais, 1508», *Sources Inédites*, I, pp. 151-161.

da imagem que dele retiveram as gentes da terra, não manchada pelo jogo de golpes, intrigas e traições que caracterizou a vida da cidade nos meses que antecederam a conquista e o seu primeiro ano de administração portuguesa.

Com efeito, pouco depois da sua partida de Safim para Portugal, os moradores e os alarves da cidade, as cabildas de Regraga e Duquela ²⁵, assim como vinte «adiantados» (alcaides), escreveram a D. Manuel, queixando-se de Ali Xemen e solicitando a sua substituição por Bentafufa. Asseveram serem falsas as suspeitas contra ele levantadas por Azambuja, que acusam de estar a impor-lhes, «com a espada e per força», um alcaide – Ali Xemen – que traiu os seus amigos e a cidade, metendo nela ladrões (os Beniméguer) que mataram e roubaram a sua população. Face ao crescente despovoamento e ao estado de anarquia em que se encontra Safim (confirmado aliás por agentes comerciais portugueses) ²⁶, só vêem uma solução, caso o monarca deseje vê-la repovoada de mouros: substituir Ali Xemen por Bentafufa ²⁷.

Dois anos mais tarde, já após a conquista portuguesa e em tempo em que cidade era governada pelo sucessor de Azambuja, Pedro de Azevedo, novo apelo dos habitantes de Safim, acompanhado de longa listagem das «perfidias» cometidas por Azambuja, de que resultou o abandono da cidade por parte de muitos árabes pobres e berberes e o receio que os árabes e berberes do campo tinham de a ela irem negociar. Curiosamente, os subscritores desta carta assumem-se como representantes de um todo, constituído pelas tribos dos Abida, dos Regraga, dos Retnana e dos Duquela, que tem como inimigo comum os Beniméguer. Neste conjunto, relevam a importância económica dos árabes do campo, designadamente a tribo dos Abida ²⁸, cuja actividade de cultura e armazenamento de cereais asseveram fundamental para a prosperidade da cidade. Por fim, reconhecendo a necessidade da existência de uma figura que servisse de intermediário entre os muçulmanos e os cristãos e estabelecesse a paz com os árabes do campo, sugerem o nome de

²⁵ De acordo com anotação à publicação desta carta, em *Sources Inédites*, tanto os Regraga como os Duquela eram cabildas (tribos) berberes. No entanto, tendo em consideração a ocupação da região da Duquela por tribos árabes, a partir do século XIII, e o rechaço da população berbere para as cidades e aldeias e para algumas regiões montanhosas, fica a dúvida se a passagem em causa remete para as tribos árabes que habitavam a Duquela ou para elementos berberes que subsistiam na região. Cf. *Sources Inédites*, I, p. 136, nota 1.

²⁶ Cf. cartas de João Lopes Alvim e de Cristóvão de Almeida, feitores em Safim, a D. Manuel e de Nuno Ribeiro, encarregado de compra de trigo e venda de mercadorias em Safim, dirigida ao mesmo monarca, escritas de Safim e datadas, respectivamente, de 25 e 27 de Dezembro de 1507, IAN/TT, Cartas dos Governadores de África, n.º 39, e *Corpo Cronológico*, p. 1, m. 7, doc. 74, pub. em *Sources Inédites*, I, pp. 145-148 e 149-150.

²⁷ Carta dos habitantes de Safim a D. Manuel, Safim, 13 de Agosto de 1507, Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), ms. 7638, n.º 63, pub. David LOPES, *Textos...*, cit., pp. 82-83, e *Sources...*, cit., I, pp. 136-138.

²⁸ Tribo árabe que partilhava com os Garbia os territórios envolventes de Safim. Cf. *Sources Inédites*, I, p. 194, nota 3.

Bentafufa, nos seguintes termos:

Pusemo-nos à procura do homem em questão e não encontrámos ninguém melhor, mais fiel, mais sincero e mais isento de todo o vício, que o xequê Yahya ben Ta'fuft ²⁹.

Apesar destes apelos, Bentafufa permaneceu em Portugal. Mas, sem dúvida, eles terão pesado para que, mais tarde, fosse nomeado alcaide dos «mouros das pazes» de Safim com alçada sobre a Garabia e a Abida, cargo que começou a desempenhar em 1511.

Quanto à sua estadia em Portugal pouco ou mesmo nada se sabe. No entanto, decisões e intervenções posteriores de D. Manuel permitem concluir que ganhou a confiança do monarca português e que desenvolveu rede de relações e influências. Assim o asseverava, anos mais tarde, Nuno Fernandes de Ataíde, governador de Safim, em carta dirigida ao monarca:

E o muito favor, Senhor, qu'este Mouro cá tomou demasiado, que não cumpre a vosso serviço, de lá me parece, Senhor, que lhe veio [ou seja, da estadia no Reino], e lho trouxeram estes Judeus seus amigos ³⁰.

2. Entre Mouros e Cristãos – um alcaide controverso (1511-1516)

Em 1511, Bentafufa regressou a Safim. Provavelmente desembarcou no Norte de África em 1510, mas teria permanecido algum tempo em Conte, nas proximidades do cabo de Cantim. O facto de não se registar a sua presença entre os combatentes que defenderam Safim no cerco que lhe foi posto entre Dezembro de 1510 e Janeiro de 1511, permite concluir que teria entrada na cidade depois desta última data, para exercer as funções de alcaide dos «mouros das pazes». Era então capitão de Safim Nuno Fernandes de Ataíde, que se notabilizou não só pelas proezas militares, que lhe valeram o cognome de «o nunca está quedo», como também pela sua acção governativa, assim caracterizada por Pierre de Cénival:

Il fut le principal artisan de la politique audacieuse et nouvelle qui assura au Portugal, pendant quelques années, de si brillants succès dans le royaume de Marrakech. Au lieu d'user à l'égard des indigènes des procédés violents et perfides de Diogo de Azambuja, il sut leur inspirer confiance, en faire des fidèles alliés et tributaires du Portugal et organiser les tribus

²⁹ Carta dos habitantes de Safim a D. Manuel, Safim, 2 de Julho de [1509], IAN/TT, Casa dos Tratados, Documentos árabes, pub. *Sources...*, cit., I, pp. 177-201.

³⁰ Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 19 de Agosto de [1512], IAN/TT, Cartas dos Governadores, 317, pub. David LOPES, *Textos...*, cit., pp. 122-127, e *Sources...*, cit., I, pp. 337-352, citação colhida na p. 353.

d'entre Safi et Marrakech. Réalisant ainsi, de 1510 à 1516, une première expérience de politique de protectorat ³¹.

Sublinhe-se que a primeira experiência de criação de uma área de mouros tributários ocorreu em Alcácer Ceguer, nos primeiros anos da década de 1460, quando era capitão da fortaleza D. Duarte de Meneses ³². Segundo Gomes Eanes de Zurara, foram os próprios xeques locais que solicitaram a protecção portuguesa a troco de um tributo anual ³³. Uma experiência que, embora se tenha estendido a outras praças do norte de Marrocos, designadamente Arzila e Tânger ³⁴, nunca teve a dimensão e a projecção alcançadas na região meridional, nem tão-pouco houve da parte da população o compromisso de, em caso de necessidade, participar nas acções militares portuguesas em Marrocos, como aconteceu na área circundante de Safim.

Nos documentos de chancelaria de D. Afonso V estes mouros começam por ser designados «mouros tributários». A fórmula «mouros das pazes», embora já utilizada por Zurara, é mais corrente na chancelaria de D. João II. No período manuelino, além destas duas formas, encontram-se muitas outras de sentido semelhante, como: «terras das pazes», «mouros em nossa paz e serviço», «mouros assentados em nossa paz»; só muito esporadicamente aparece a designação «mouros de pazes» ou «mouros de as pazes».

Por outro lado, a formação de uma vasta área de intervenção portuguesa no sul de Marrocos, exceptuando o enclave de Santa Cruz do Cabo de Guer, revestiu-se de outras especificidades que não podem deixar de relacionar-se com as características geográficas da região. Extensas planícies habitadas por tribos nómadas ou semi-nómadas, salpicadas de povoados, habitados predominantemente por berberes sedentários. Era difícil gerir estes espaços,

³¹ Sobre Nuno Fernandes de Ataíde, ver o estudo biográfico de André Pinto S. D. TEIXEIRA, «Nuno Fernandes de Ataíde, o nunca esta quedo, capitão de Safim», *A Nobreza e a Expansão – estudos biográficos*, coord. de João Paulo Oliveira e COSTA, Cascais, *Patrimónia*, 2000, pp. 159-205.

³² O tratado entre o capitão de Alcácer e os mouros de algumas aldeias dos arredores de Alcácer, embora não datado, considera-se que foi firmado em 1463, embora já no ano anterior, mais precisamente em 1462, D. Afonso V tenha feito mercê a D. Duarte de Meneses, capitão de Alcácer, e a seu filho, D. Henrique, dos direitos de comércio e dos tributos pagos pelos mouros, IAN/TT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 1, f. 105, doc. 1, pub. A. D. FARINHA, *Portugal e Marrocos...*, cit., vol. II, pp. 256-257.

³³ Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, edição diplomática de Larry King, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa, 1978, cap. CXXXI, pp. 316-321, onde publica o referido tratado, do qual existe testemunho manuscrito, conservado no IAN/TT, Manuscritos da Livraria, n.º 520, fls. 194-195, que é reproduzido por A. D. FARINHA, *Portugal e Marrocos...*, cit., vol. II, pp. 261-263.

³⁴ As cartas de mercê das capitánias de Alcácer Ceguer, Arzila e Tânger, da segunda metade do século, confirmam que os capitães tinham direito ao quinto destes tributos. O documento mais significativo para avaliação deste tributo é a carta de quitação de Luís Esteves, almoxarife de Alcácer Ceguer, nos anos de 1481 a 1485, IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 4, fl. 1551v, doc. 2, Lisboa, 1 de Agosto de 1486, pub. por P. M. Laranjo COELHO, *Documentos Inéditos de Marrocos. Chancelaria de D. João II*, Lisboa, Academia das Ciências, 1943, pp. 197-198.

como reconhece o rabino Abrãao: «las cosas de las cabilas (tribos) non se pueden fazer como donde ay una cabeça»³⁵, razão que teria determinado o recurso à figura do alcaide principal, ou seja, um agente que, além das funções de intermediário, tinha alçada sobre os alcaides tribais. Bentafufa foi o primeiro destes alcaides e, por duas vezes, teve alçada sobre toda a Duquela. No entanto, as desavenças entres confederações tribais e os inevitáveis problemas entre as chefias portuguesas acabaram por determinar a divisão da Duquela em duas zonas, cada uma delas com o seu alcaide principal: Xerquia, com extensões na Enxovia, sob alçada do governador de Azamor; Garabia e Abida, com extensões na Xiatima (entre Mogador e Aguz), sob alçada do governador de Safim. Falharam as tentativas de constituição de uma área autónoma em Xiatima: a primeira, em 1510, quando Nicolau de Sousa recebeu a capitania de Mogador, fortaleza que se perdeu logo no final desde mesmo ano³⁶; a segunda, em 1515, quando o filho de Diogo de Azambuja projectou assumir a capitania de Aguz³⁷.

Mas, como salienta Pierre de Cénival, é com Nuno Fernandes de Ataíde que se dão os passos mais consistentes para a formação e organização de um protectorado na região. Sem dúvida grande parte do sucesso alcançado pelo capitão de Safim deveu-se à colaboração prestada por Bentafufa, servindo, como escreve o próprio Ataíde, de «terceiro entre mim e os mouros». Nessa qualidade, ajudou o governador português a organizar uma vasta zona de apoio indígena na região circundante de Safim que, embora não se possa delimitar com rigor, pois tinha uma base de apoio mais tribal do que geográfica, chegou a abarcar um vasto território que se estendia desde o rio de Azamor – o Morbéa (Umm al-Rabi) –, ao norte, até Tensift, ao sul, e da costa atlântica até aos arredores da cidade de Marráquexe³⁸.

Embora a protecção e submissão que os «mouros das pazes» solicitavam, ou se viam forçados a aceitar, colhesse de um estado endémico de guerra que, por isso, interessava fomentar, e a manutenção do protectorado dependesse em grande parte do prestígio e da força dos portugueses no terreno: «Senhor, a vontade desta gente de Duquela tenho bem sabida, tanto que Vossa Alteza não tiver boa força de gente com boas arreféns (...) fazendo-a

³⁵ Carta do Rabi Abrão a D. Manuel, Safim, 3 de Janeiro de 1511, IAN/TT, Gaveta 20, m. 1, n.º 21, pub. em *Sources Inédites*, I, pp. 281-283. Como provou José Alberto TAVIM (*Os Judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos durante o séc. XVI*, Braga, Edições APPACDM distrital de Braga, 1997, 195-203), este «Rabi Abrão» não é Abrão Benzamerro, tal como aparece identificado *Sources Inédites*, mas sim Abrão Rute.

³⁶ Carta patente de D. Manuel a Nicolau de Sousa, Almeirim, 12 de Maio de 1510, IAN/TT, *Livro das Ilhas*, f. 129, pub. *Sources Inédites*, I, pp. 226-229.

³⁷ Cf. Carta patente de D. Manuel a Diogo de Azambuja (filho), Almeirim, 18 de Janeiro de 1515, IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 47, fl. 127, pub. em *Sources Inédites*, I, pp. 672-675 (a capitania do castelo de Aguz fora doada, de juro e de herdade, a Diogo de Azambuja e a todos os seus descendentes por linha direita masculina, em 1508).

³⁸ Robert Ricard, «Duquela», *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel SERRÃO, Porto, s.d., p. 344.

conhecerem e gostarem o bem da paz, não hão-de ser fiéis», sustentava Nuno Fernandes de Ataíde, «teoria» que é defendida até à exaustão pela grande maioria dos responsáveis políticos e militares portugueses na região³⁹; o que é certo é que a experiência, enquanto durou, alimentou esperanças de ir mais longe e rendeu à Fazenda real e aos seus agentes bons proveitos. Aos muitos cativos, gado, cereais, manteiga, mel etc., obtidos em cavalgadas e entradas, vinha agora juntar-se o tributo, sobretudo em cereais e gados, pagos pelos «mouros das pazes».

Só uma entrada, que levou as tropas portuguesas e dos «mouros das pazes» de Safim até às proximidades do Alto Atlas em perseguição de aduare de mouros que se iam juntar ao Xerife, rendeu: 420 cativos, 10 000 cabeças de gado miúdo, 6000 de gado vacuum, 500 camelos, 600 asnos, 60 cavalos e 5 éguas⁴⁰.

Damião de Góis, que teve acesso a cartas e livros de contas de contadores, feitores e almoxarifes de Safim, apresenta alguns valores para os primeiros anos do governo de Nuno Fernandes de Ataíde, na ordem das mil cargas de camelo de trigo e cevada e quatro cavalos por tribo⁴¹. O livro de receita de Pedro Álvares Faria, recebedor dos mantimentos de Azamor, anota que só os mouros de Tite deveriam pagar um tributo de 400 camelos em trigo e 100 camelos em cevada, registando, nos meses de Setembro a Novembro de 1513, entregas de cerca de 600 fangas de trigo e 10 500 de cevada⁴².

Mas apesar dos resultados obtidos, cedo começaram a surgir desentendimentos entre Ataíde e Bentafufa. O primeiro não era homem para partilhar as rédeas do poder, nem tão-pouco os louros das vitórias alcançadas nos campos de batalha. Por seu lado, Bentafufa também não era alcaide para se ficar, tal como pretendia Ataíde, pelo papel «terceiro» entre o capitão e os mouros e pela arrecadação dos tributos⁴³.

As primeiras queixas de Ataíde contra Bentafufa, de que se possui registo escrito, datam de Agosto de 1512. E embora não se conheça escrito de Bentafufa que refute as acusações do capitão, sabe-se, por carta do monarca portu-

³⁹ Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 19 de Agosto de [1512], IAN/TT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 317, pub. D. LOPES, *Textos...*, cit., pp. 122-137, e *Sources Inédites*, I, pp. 337-353 (transcrição colhida na p. 343).

⁴⁰ Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel [Safim, 15 de Fevereiro de 1514], BNL, ms. 7638, n.º 64, fl. 123, pub. em *Sources Inédites*, I, pp. 480-481.

⁴¹ D. GÓIS, *Crónica de D. Manuel*, cit., liv. III, cap. 14.

⁴² Livro de receita de Pedro Álvares Faria, ano 1513, IAN/TT, Núcleo Antigo, pasta 600 A, dados pub. Maria Augusta Lima CRUZ, *Os Portugueses em Azamor (1513-1541)*, dissertação de licenciatura, Lisboa, Faculdade de Letras, 1967 (policopiado), cap. II, título 4 – «O abastecimento da cidade».

⁴³ Carta de Luís de Ataíde a D. Manuel, Safim, 19 de Agosto de 1512, IAN/TT, *Cartas dos Governadores de África*, 317, pub. D. LOPES, *Textos...*, cit., pp. 122-137, e *Sources...*, cit., I, pp. 337-353.

guês, que também ele teria apresentado a sua versão. É bem provável ainda que outros testemunhos favoráveis a Bentafufa tenham sido remetidos também para o Reino, pois numa das suas primeiras cartas Ataíde diz expressamente: «e por me parecer que nisto entravam alguns amigos cristãos do dito Heha, que quererão escrever, da sua parte deste Mouro ou por si, como em alguma maneira ao seu entender...»⁴⁴

Além das cartas que escreveu, Ataíde instruiu um verdadeiro processo contra Bentafufa, em que incluiu as provas das suas acusações: nomeações de almocadéns em que Bentafufa se arrogava as atribuições de governador de Safim, depoimentos vários de judeus e sobretudo de muçulmanos, alguns dos quais designados como «mouros principais».

Resumindo, Bentafufa era acusado de exceder as suas competências e de constantemente desautorizar Ataíde. Sem consultar o governador português, nomeava alcaides e almocadéns, estabelecia as contribuições que cada tribo deveria pagar, intitulava-se e deixava que o intitulassem «rei dos mouros». Mais: desviava, em proveito próprio, tributos e presentes devidos ao rei de Portugal, o que lhe permitia ter «muito com que peitar» e ganhar ascendente sobre as populações locais. Neste particular, suspeita Ataíde que beneficiava da ajuda de alguns judeus, por considerar que «levar esta negociação tão ordenada não é de Mouro, mas cuido que é de Judeus seus amigos, que de parte desta fazenda se logram»⁴⁵. No mesmo conjunto de acusações se inscreve carta endereçada pelo rabino da cidade, Abraão Rute, a personalidade do reino sobre a actuação de Bentafufa, em que, depois de mais um rol de denúncias, conclui que «não é cosa que cumpre a seu serviço (do monarca português) ter Moro senhorio nenhum»⁴⁶.

Ao longo deste primeiro processo acusatório, que se desenvolveu até inícios do ano de 1513, foi subindo o tom das acusações, de tal modo que Bentafufa já não era só acusado de ambição excessiva de poder, mas também de traição, conspirando contra os portugueses e trocando correspondência com o rei de Marráquexe e com os marabutos, aos quais afirmava que era «Mouro e mais que Mouro», e assegurava que só aceitava servir os cristãos para um dia ganhar o poder que lhe daria forças para os aniquilar.

A reacção da D. Manuel à gravidade destas acusações indicia que as não levou totalmente a sério. Fez chegar a Nuno Fernandes de Ataíde uma carta dirigida a Bentafufa, para que lha entregasse quando achasse mais conveniente. Nela, o monarca português manifesta o desejo de se inteirar dos factos pela boca de Bentafufa: «folgaremos de logo vos virdes a nós pera nos falardes de vossas cousas e vos ouvirmos em tudo, com aquela boa vontade

⁴⁴ *Idem, ibidem.*

⁴⁵ Cfs. carta de Nuno de Ataíde citada na nota anterior.

⁴⁶ Carta do rabino Abraão, Safim, 12 de Outubro de [1512], IAN/TT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 69, pub. em *Sources Inédites*, I, pp. 357-361. Sobre a identidade deste rabino, ver nota 35.

que sempre vos tivemos e temos». Significativo que acrescente: «E além de pelo que vos cumpre folgarmos virdes a nós, ainda nos prazera pera falarmos convosco nas cousas dessa cidade e dos Mouros, e nos dardes em tudo vosso parecer e conselho...»⁴⁷ O tom não deve ter agradado a Nuno Fernandes de Ataíde que não a entregou de imediato a Bentafufa.

A reacção de D. Manuel tem uma explicação. Por outras vias, chegavam-lhe também informações bem diferentes sobre o comportamento do alcaide. Figuras de peso, entre as quais sobressai D. Rodrigo de Noronha – conhecido pela alcunha de «o aravia», em virtude dos seus conhecimentos da língua árabe –, que era um dos grandes amigos de Bentafufa. Companheiro de campanhas militares do alcaide, foi também o seu principal defensor junto do monarca português. Uma relação de amizade que Nuno Fernandes de Ataíde não se cansava de criticar nas suas cartas. D. Rodrigo, afirmava ele, é tão amigo de Bentafufa que não tem dúvidas em «desculpar a ele e culpar a mim, sendo eu Cristão e ele Mouro»⁴⁸. E, numa outra passagem, referindo-se àqueles que defendiam Bentafufa em Portugal, assevera que eles só o podiam fazer por ignorância da situação ou por serem contra o próprio Ataíde, «pois fazerem-no pelo Mouro, isso é contra natureza»⁴⁹.

Pouco se sabe sobre este D. Rodrigo de Noronha, que era filho primogénito de D. Luís de Noronha, comendador de Sines da Ordem de Santiago. Casou com D. Joana, filha de Rui Penteado, almoxarife dos escravos da Guiné e foi comendador de Arguim da Ordem de Cristo⁵⁰.

Mas, de entre os portugueses que tinham experiência de Marrocos, não era só D. Rodrigo de Noronha a testemunhar a lealdade e o bom trabalho desenvolvido por Bentafufa. Há muitas outras cartas, escritas por agentes portugueses com conhecimento e responsabilidade no terreno, muito elogiosas para o alcaide. Veja-se, a título de exemplo, o testemunho de Heitor Gonçalves, asseverando que «Yhye Tafa anda em companhia d'eles (*Mouros*) e é homem que faz cá as cousas de Vosso serviço (*dirige-se a D. Manuel*) muito inteiramente, porque lhe têm os Mouros muito acatamento, porque é mouro como eles»⁵¹. Ou o de António Silva, inserto em carta de António Correia, contando os aliciamentos do irmão do rei de Fez a Bentafufa, pro-

⁴⁷ Carta de D. Manuel a Bentafufa, datada de Évora, 22 de Novembro de 1512 e posteriormente alterada para Almeirim, Agosto de 1514, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, p. 1, m. 12, doc. 13, pub. D. LOPES, *Textos...*, cit., pp. 100-102, e *Sources Inédites*, I, pp. 596-597.

⁴⁸ Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 12 de Setembro de 1514, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, I, maço 16, n.º 13, pub. David LOPES, *Textos...*, cit., pp. 95-100, A. BAIÃO, *Documentos...*, cit., pp. 120-124, e *Sources...*, cit., I, pp. 630-637.

⁴⁹ Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 16 de Outubro de 1514, IAN/TT, Gaveta 15, maço 16, n.º 32, pub. em *Sources...*, cit., I, pp. 642-648.

⁵⁰ Estes dados resultam de pesquisa feita por André Pinto S. D. TEIXEIRA, a quem expresso o meu agradecimento pela informação fornecida.

⁵¹ Carta de Heitor Gonçalves a D. Manuel, Safim, 15 de Dezembro de 1512, IAN/TT, *Cartas dos Governadores de África*, 105, pub. em *Sources...*, cit., pp. 366-369.

pondo-lhe «que se levantasse das pazes e quisesse ser com ele e que lhe perdoaria o mal que tinha feito aos Mouros e lhe faria muito bem»; ao que o alcaide teria respondido «que lhe não mandasse mais tal recado, se não mataria quem lho trouxesse, porque ele não havia de ser senão vassalo de Vossa Alteza (D. Manuel)»⁵².

Supõe-se, como já foi dito, que a outros testemunhos, orais e escritos, teria tido acesso Damião de Góis que, na *Crónica de D. Manuel*, apresenta uma versão bastante favorável ao alcaide. Por exemplo, em carta escrita a D. Manuel, narrando ataque contra alguns aduares do Alto Atlas, ocorrido em 1514, Nuno Fernandes de Ataíde apresenta-se como o principal obreiro do empreendimento. Ora na versão de Góis, consignada na referida crónica, o destaque vai para as actuações de Bentafufa e de Lopo Barriga, adail, sendo que a intervenção de Ataíde se confina ao envio de reforços militares⁵³.

Outro sinal da posição de D. Manuel, relativamente a este conflito entre governador e alcaide, encontra-se na doação feita a Bentafufa dos rendimentos e direitos da localidade de Cernu (18 quilómetros a nordeste de Safim), como recompensa pelos combates vitoriosos contra as tropas do rei de Fez que, em Abril de 1514, tentaram saquear os campos da Duquela, na qual sublinha:

sempre tivemos inteira confiança que havíamos de ter em vós mui fiel e verdadeiro vassalo e servidor, e temos recebido muito prazer de vermos que corresponderam até aqui vossos serviços com a confiança que de vós sempre tivemos, nos quais nos tendes mostrado coração limpo e de muito leal e verdadeiro vassalo⁵⁴.

Mas Ataíde não era homem para facilmente desistir. Cerca de dois anos após as primeiras incriminações contra Bentafufa, alegando suspeitar que este se preparava para o assassinar traiçoeiramente, despachou-o para Portugal, utilizando para o efeito a carta que D. Manuel anteriormente lhe remetera, na qual a data de 1512 foi manifestamente alterada para 1514. Bentafufa abalou de Safim em finais de Agosto de 1514 e, pouco antes da sua partida, seguiria também para o Reino novo libelo. As mesmas acusações de 1512, acrescidas agora de provas da responsabilidades de Bentafufa no assassinio do judeu Dardeiro (intérprete de Safim), no levantamento de

⁵² Carta de António Correia a D. Manuel, Tavira, 10 de Maio de 1514, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, I, maço 15, doc. 15, pub. em A. BAIÃO, *Documentos...*, cit., pp. 88-89, e *Sources...*, cit., I, pp. 549-551.

⁵³ Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, s.l., n.d. (Safim, cerca de 15 de Fevereiro de 1514), Biblioteca Nacional de Lisboa, ms. 7638, n.º 64, fól. 123, e Biblioteca Pública de Évora, ms. CIII/2-20, fól. 47, pub. *Sources...*, cit., I, pp. 480-481; Damião de Góis, *Crónica...*, cit., vol. III, cap. 49, pp. 230-231.

⁵⁴ Carta de D. Manuel a Bentafufa, Lisboa, 25 de Agosto de 1514, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, I, maço 15, n.º 118; pub. em D. LOPES, *Textos...*, cit., pp. 83-85, e *Sources...*, cit., I, pp. 601-602.

algumas tribos aquando da conquista de Azamor, assim como despovoamento de Almedina ⁵⁵.

Bentafufa permaneceu em Portugal cerca de dois anos – desde finais do mês de Agosto de 1514 até Julho de 1516 –, período em que o seu sobrinho Said o substituiu na alcaidaria de Abida e de Garabia, pois que um outro alcaide foi designado para Xerquia, em Setembro de 1514, o qual ficou sob a dependência directa do governador de Azamor.

Dois anos de ausência em se apostou fortemente na conquista de Marrocos, mas em que também se sofreram grandes desaires que abalaram profundamente o projecto imperial de D. Manuel. Logo após a conquista de Azamor, em 1513, que, como se sabe, se revestiu de um verdadeiro aparato de cruzada, o monarca português deu passos decisivos para a conquista do reino oatácida de Fez, no norte, e do emirado hintata de Marráquexe, no sul. No que respeita a este último, situado na mais directa área de intervenção de Safim e Azamor, há indícios de que se preparou, no início de 1514, uma investida contra a cidade de Marráquexe.

Logo após a vitória de Azamor, o monarca português escreveu ao Papa Leão X, assegurando-lhe que, em breve, seria senhor da região em causa. A 8 de Março, o mesmo Papa emitia bula de cruzada em favor de todos os cristãos que combatessem os «infiéis» de África e, a 17 de Junho do mesmo ano, dando a conquista de Marráquexe como iminente, pede ao rei de Portugal para aí colocar o bispo titular, D. Martinho Cabeça de Vaca.

E se ela não se concretizou nesse ano, deveu-se, primeiro, às rivalidades entre Nuno Fernandes de Ataíde e D. João de Meneses, capitão do campo de Azamor: ambos queriam ter os louros da expedição, mas sem os partilhar. Depois, à oportunidade que surgiu de submissão do rei de Marráquexe à suserania portuguesa, pela via da negociação. No entanto, as exigências colocadas pelo rei de Portugal foram tão altas que Mulei Nacer, o Hintata, não as pôde aceitar ⁵⁶.

Foi pouco depois do fracasso destas negociações que começaram a correr rumores sobre o regresso de Bentafufa a Marrocos. É o próprio Ataíde que, nas suas cartas ao monarca, deles faz eco. As várias missivas que a este propósito escreveu são um verdadeiro manifesto de indignação, mas também de amargura, por o monarca dar mais crédito à palavra do Mouro do que à sua. Considera-se vítima daqueles que enchem os ouvidos ao rei, para o prejudicar:

⁵⁵ Memória do Rabi Abraão (Safim), 11 de Setembro de 1514, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, p. III, m. 5, doc. 75, pub. D. LOPES, *Textos em aljamia*, pp. 86-94 e *Sources Inédites*, I, pp. 619-629; Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 12 de Setembro de 1514, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, p. I, m. 16, doc. 13, pub. D. LOPES, *Textos em aljamia*, pp. 95-100 e *Sources Inédites*, I, pp. 630-637.

⁵⁶ Sobre todo este processo que culminou com a tentativa de conquista de Marráquexe, em Abril de 1515, ver a síntese «Expédition contre Marraqueche, 23 avril 1515», *Sources...*, cit., I, pp. 687-692.

Eu falaria mais largo, se tivesse licença de Vossa Alteza em provar pelas armas a quem vos fala neste Mouro que não diz bem e falsamente fala e que cega o seu juízo pela inveja que me têm mais que pelo desejo que têm de vosso serviço, e não de baixelas nem de pedrarias, porque eles as têm, senão pelas mercês que me Deus cá tem feitas ⁵⁷.

Não se sabe se D. Manuel teve efectivamente intenção de nesta data reenviar Bentafufa para Marrocos, mas uma coisa é certa, o alcaide dos «mouros das pazes» não tinham perdido a confiança e reconhecimento do monarca português, que, em Novembro de 1514, o presenteou com duas peças finas e luxuosas de vestuário ⁵⁸.

Mas a notícia que mais indignou Ataíde foi saber que Bentafufa, caso regressasse a Marrocos, seria para desembarcar em Azamor, e daí, com o novo governador da cidade, D. Pedro de Sousa, avançar para a conquista de Marráquexe. Esta notícia foi a gota de água que fez transbordar o copo: Ataíde assevera ao monarca que, se tal se verificar, nunca mais sairá da cidade de Safim, não só por recear ser assassinado por Bentafufa, mas também porque, perante tal desconsideração, perderá o respeito dos «mouros das pazes» e dos moradores de Safim.

Numa carta perpassada de ressentimento, não esconde ainda quanto o desagradou saber que, para mais, o monarca lhe tirou alçada sobre os «mouros das pazes» da Xarquia, colando-os sob a dependência do governador de Azamor, terminando com o seguinte desabafo:

E se, nas cousas de cá, não tenho dado a Vossa Alteza esperanças de miríades, é por vos falar verdade, porque não sou homem mais que de um caminho e Vossa Alteza bem o sabe. Digo isto assi a Vossa Alteza porque pouco me fica já que lhe fale, nem que escreva ⁵⁹.

Mesmo assim, ainda faz uma última tentativa recolhendo mais um punhado de testemunhos contra Bentafufa, na esperança de que eles «abastem pera porem este Mouro em lugar donde perca a esperança de não tornar mais a terra de Mouros» ⁶⁰.

É bem provável que tais rumores não passassem de boatos, postos a circular pelos adversários de Ataíde, pois não nos parece plausível que o monarca português quisesse desautorizar e desacreditar Ataíde, um dos seus

⁵⁷ Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 12 de Dezembro de 1514, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, p. 1, m. 17, doc. 12, pub. em *Sources...*, I, pp. 658-663 (citação colhida na p. 660).

⁵⁸ Alvará de D. Manuel, Lisboa, Novembro de 1514, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, I, maço 16, n.º 99, pub. em *Sources...*, I, pp. 651-652.

⁵⁹ Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 19 de Dezembro de 1514, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, I, maço 17, n.º 26, pub. em *Sources...*, I, pp. 664-666.

⁶⁰ Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 27 de Dezembro de 1514, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, p. 1, m. 19, doc. 58, pub. em *Sources...*, I, pp. 667-669.

melhores agentes e guerreiros no terreno. Mas se tal hipótese chegou a ser ventilada, bebia na opinião de alguns portugueses que conheciam bem a região. Um deles, o já citado Estêvão Rodrigues Bérrio, em carta ao monarca sugere-lhe que aumente a renda a Bentafufa, «porque ele merece tudo», e lhe forneça cem cavalos para a sua guarda, e considera que um ataque contra Marráquexe só resultaria se os guerreiros portugueses fossem ajudados pelos mouros, utilizando as suas tendas para as deslocações, «pois os homens não podem sofrer andar três noites no campo, nem menos os cavalos, senão nas próprias alcaimas, que são as tendas dos Mouros» ⁶¹.

Em Abril de 1515 concretizou-se a grande investida contra Marráquexe. Sem Bentafufa, mas com um significativo apoio das tropas muçulmanas aliadas: 2500 homens, além de 550 guerreiros portugueses, todos sob o comando supremo de Nuno Fernandes de Ataíde e de D. Pedro de Sousa, governador de Azamor. Era difícil, defendem alguns historiadores, que Nuno Fernandes de Ataíde, o mentor desta iniciativa, admitisse conquistar a cidade só com 3000 homens, pelo que deduzem que o seu desígnio seria aumentar o prestígio pessoal, suscitar entusiasmo nas suas tropas e aterrorizar o inimigo. E, de facto, as tropas portuguesas tiveram de retroceder ao fim de quatro horas de combate, face à resposta das tropas do Hintata, que contava com a ajuda do Xarife de Suz e de um alcaide do rei de Fez ⁶².

Meses depois ocorreria o desastre da expedição de Mamora (Junho-Agosto de 1515). Uma armada de mais de 8000 homens de armas portuguesas que partiu de Lisboa, sob o comando de D. António de Noronha, com o objectivo de construir uma fortaleza que deveria servir de base à conquista do reino de Fez. A derrota portuguesa face ao ataque das tropas do rei de Fez resultou na morte de cerca de 4000 combatentes. Damião de Góis considera mesmo que esta foi a maior perda de homens e de munições de guerra que D. Manuel teve durante o seu reinado ⁶³. Para já não falar no descrédito das armas portuguesas, em Marrocos que, a médio prazo, resultaria na retracção do senhorio dos campos ⁶⁴.

3. O verdadeiro senhor do campo (1516-1518)

Nuno Fernandes de Ataíde foi morto, entre 21/22 de Maio de 1516, no decurso de uma expedição punitiva no interior. Com ele pereceram mais de

⁶¹ Carta de Estêvão Rodrigues Bérrio a D. Manuel, Tavira, 19 de Maio de 1514, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, maço 5, n.º 39, A. BAIÃO, *Documentos...*, cit., pp. 90-93; *Sources...*, I, pp. 552-558.

⁶² Para uma síntese sobre esta investida, ver «Expédition contre Marraqueche, 23 avril 1515», *Sources...*, I, pp. 687-692.

⁶³ Damião de Góis, *Crónica...*, cit., III, p. 246.

⁶⁴ Sobre o desastre de Mamora, além de Damião de Góis, *Crónica...*, cit., III, cap. 76, ver a síntese «L'expédition de La Mamora», *Sources...*, I, pp. 695-702.

250 combatentes e 35 ficaram prisioneiros. Dois meses depois, mais precisamente em 21 de Julho, Bentafufa desembarcava novamente em Safim, onde, segundo Góis, foi recebido com contentamento de seus amigos, mouros e cristãos: «Fizeram-se por todos os aduares grandes festas de tambores, tangidos em todas as tendas, com jogos danças e cantares.»⁶⁵

Chegava na companhia do novo governador da cidade, D. Nuno Mascarenhas, e com poderes reforçados, o que prova que D. Manuel não perdera a confiança no Mouro. Por carta datada de Julho do mesmo ano, nomeou-o novamente alcaide de toda a Duquela. No exercício deste cargo tinha direito ao quinto do despojo das cavalgadas e poderes para administrar justiça «segundo os costumes antigos de entre os xeques e povos da Duquela». No que respeita à escolha dos seus colaboradores, que tantos problemas lhe tinha trazido em tempo de Nuno Fernandes de Ataíde, determina que: os alcaides seriam de nomeação régia, mas sob sugestão de Bentafufa; os arrecadadores de tributos seriam da sua exclusiva competência. Por último e seguindo a sugestão Estêvão Rodrigues Bérrio, D. Manuel concede-lhe uma guarda pessoal de cem lanças de mouros⁶⁶. Alguns meses mais tarde outorgou-lhe ainda uma tença anual de trezentas onças de prata de trezentos e vinte reais a onça⁶⁷.

Mas mais significativo talvez é que, a partir deste seu derradeiro regresso a Marrocos, Bentafufa começa a corresponder-se mais assiduamente com o monarca, dando-lhe directamente informações sobre a sua acção no campo, problemas com que se debatia etc., tomando o próprio monarca precauções para que as cartas que dirigia a Bentafufa não passassem pelos capitães e fossem entregues em mão a Bentafufa⁶⁸.

Pode afirmar-se, por isso, que Bentafufa, se bem que sob a dependência formal dos governadores portugueses de Safim e Azamor, emerge, neste período final, como o verdadeiro senhor do campo. Estatuto que é, aliás, confirmado pelas cartas em que D. Manuel várias vezes lembra a D. Nuno de Mascarenhas que as suas competências se confinam à defesa da cidade de Safim, e reconhecido (e quantas vezes contestado) pelos governadores. Simão Correia, capitão de Azamor, ao noticiar ter sido contactado por alguns xeques da tribo Uled Amram que se queriam colocar sob a suserania portuguesa, apressa-se a esclarecer o monarca:

⁶⁵ D. GÓIS, *Crónica...*, cit., liv. IV, cap. 7.

⁶⁶ Carta patente de D. Manuel, s.l., Julho de 1516, IAN/TT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 11, pub. D. LOPES, *Textos...*, cit., pp. 115-118, e *Sources Inédites*, II, pp. 6-9.

⁶⁷ Mercê a Bem Tafufa de trezentas onças de prata, s.l., n.d. (1516), IAN/TT, *Cartas missivas*, maço I, doc. 49, pub. em D. LOPES, *Textos...*, cit., pp. 118-119.

⁶⁸ D. Nuno Mascarenhas, governador de Safim, manifesta o seu despeito por este procedimento, revelador da desconfiança do monarca. Cf. Carta a D. Manuel, Safim, 11 de Março de 1517, IAN/TT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 309, pub. em D. LOPES, *Textos...*, cit., pp. 139-142, e *Sources Inédites*, II, pp. 63-66.

E a Cide Hea tenho já escrito do que me estes xeques escreveram, dizendo-lhe em minha carta que como alcaide principal de toda a Duquela de Vosa Alteza eu não queria fazer nenhum assento com este Mouros nem outro senão por sua mão ⁶⁹.

Por outro lado, torna-se evidente que D. Manuel procura agora investir mais numa política de expansão assente nas boas relações entre muçulmanos e cristãos, determinada, é certo, pela conjuntura político-militar, mas para a qual poderá também ter contribuído a opinião de Bentafufa. Mais atento aos problemas de relacionamento entre as duas comunidades, promulga alvarás tendentes a cercear muitos dos abusos e prepotências dos portugueses. Um deles teria sido mesmo levado pelo próprio Bentafufa. Os restantes foram promulgados nos inícios de 1517 ⁷⁰. E, ainda no mesmo ano, dá instruções ao seu embaixador em Roma para que solicite ao Papa autorização para fornecer armas aos alcaides mouros que estão ao seu serviço, com base na seguinte argumentação:

Porque as cousas da guerra dos Mouros estão agora, louvores a Nosso Senhor, d'outra maneira do que estavam, porque entre eles mesmos temos capitães e alcaides nossos mouros, que com nossa gente e com a gente dos mouros, que estão assentados em nossa paz e nos pagam páreas e tributos, fazem a guerra aos mesmos mouros que não estão assentados em nosso serviço, assi como é agora em Safim um mouro principal, que se chama Cide Yhea Tafuu, que é nosso capitão de toda a Duquela ⁷¹.

Estas novas orientações superiores não parecem ter mudado muito as coisas no terreno. Diria mesmo que elas tenderam a agravar-se. Às querelas decorrentes da partilha de poderes vinha juntar-se agora a animosidade daqueles que viram cerceados os privilégios das cavalgadas e entradas. Assim, as relações de Bentafufa com os capitães portugueses, sobretudo o de Safim, começaram a degradar-se. Acontecimentos ocorridos em Safim, na noite de S. João de 1517, acabaram por estalar numa desordem. Indo Bentafufa a caminho do sul, acompanhado de guerreiros de Garabia, para evitar que se consumasse acordo entre o Xarife e os Abida, fez uma paragem em Safim para dar conta a D. Nuno Mascarenhas da sua missão e para visitar a sua família. Ao outro dia, os combatentes mouros que o acompanhavam entra-ram na cidade, circunstância que foi aproveitada pelos seus adversários para meter os moradores em pânico, espalhando que ele vinha com intenções de tomar a cidade de assalto. Advertido, Bentafufa arrostando sérias

⁶⁹ Carta de Simão Correia a D. Manuel, Azamor, 3 de Outubro de [1516], IAN/TT, Gaveta 15, m. 1, n.º 32, pub. em *Sources Inédites*, II, pp. 34-36 (citação colhida na p. 36).

⁷⁰ Alvarás de D. Manuel, Lisboa, 2 de Janeiro de 1517, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, p. 1, m. 21, doc. 1, pub. em *Sources Inédites*, II, pp. 54-56. Sobre estes alvarás e sobre o que teria sido levado pelo próprio Bentafufa, ver também carta de D. Nuno Mascarenhas citada na nota 68.

⁷¹ Instruções de D. Manuel a D. Miguel da Silva (11 de Maio de 1517), IAN/TT, Gaveta 7, maço 16, n.º 5, pub. em *Sources Inédites*, II, 82-84, e em várias colectâneas documentais.

dificuldades para convencer os moradores das suas boas intenções e libertar alguns dos seus companheiros entretanto aprisionados.

Este episódio marcou-o profundamente, como provam as cartas que escreveu a D. Manuel e a D. Nuno, um dos influentes amigos que tinha no Reino ⁷². A reacção de D. Manuel às cartas de Bentafufa e às que, entretanto, lhe remeteram também D. Nuno Mascarenhas, capitão da cidade, e D. Rodrigo de Noronha, o amigo e defensor de Bentafufa, não se fez esperar. A Bentafufa reafirma a sua total confiança e procura acalmar, justificando a actuação de D. Nuno Mascarenhas e prometendo expulsar da cidade os mexeriqueiros que estiveram na origem do incidente. A D. Rodrigo de Noronha que, deduz-se, desagradado com o procedimento de D. Nuno Mascarenhas, manifestara vontade de regressar ao Reino, aconselha a não sair da cidade, considerando fundamental a sua intervenção para apaziguar a «torvação em que é posto Yhea Tafuu com esse caso passado». Bem mais dura é a carta que remete para D. Nuno Mascarenhas em que, além de manifestar o seu desprazer por ter acusado Bentafufa de traição, o proíbe expressamente de submeter a actuação do alcaide a um inquérito, não só porque não admite que se possa pôr em causa a lealdade do alcaide mouro, como também por saber que esse inquérito seria conduzido por pessoas que não ofereciam garantias de isenção. Sintomática é a recomendação final

Abastará por então olhardes pela guarda e segurança da cidade, assim como sem este movimento o devéis fazer e nós vo-lo temos mandado, e nisso consiste vossa obrigação e a conta que de vós principalmente nos haveis de dar ⁷³.

Apesar dos esforços de D. Manuel, Bentafufa, profundamente ferido, continuou a clamar, praticamente até à data da sua morte, por justiça e pelo castigo daqueles que o difamaram, designadamente alguns judeus e oficiais de Safim, que considerava mais responsáveis. As cartas que, no seguimento deste episódio, escreve ao monarca português são, como caracteriza David Lopes, «um grito de alma», e um testemunho lancinante de um homem acosado, que tem consciência da insustentabilidade da sua posição, numa conjuntura local em que, dia a dia, crescia a luta contra a presença portuguesa, conduzida pelos Xarifes e dinamizada pelos movimentos religiosos.

Bentafufa morreu em 16 de Fevereiro de 1518. Foi assassinado quando fazia uma visita a um xeque da tribo dos Abida, vítima de uma armadilha, em que foram capturados vários portugueses que o acompanhavam, entre os quais o seu amigo e defensor, D. Rodrigo de Noronha.

⁷² Não conseguimos apurar o apelido deste D. Nuno. Os editores das *Sources Inédites* aventam tratar-se de Nuno da Cunha, o que foi vedor da Fazenda e governador da Índia.

⁷³ Estas três cartas de D. Manuel são datadas de 23 de Julho de 1517, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 22, n.ºs 39, 40 e 41, pub. em *Sources Inédites*, II, pp. 112-121; as cartas dirigidas a Bentafufa e a D. Rodrigo de Noronha foram também pub. por D. LOPES, *Textos...*, cit., pp. 104-109.

Se, depois da derrota de Mamora e da morte de Nuno Fernandes de Ataíde, a zona de «mouros das pazes» em redor de Safim e Azamor sofreu o seu primeiro golpe e Bentafufa, após o seu regresso de Portugal, mais não conseguiu que transitoriamente reanimá-la, pode afirmar-se que, após o seu assassinio, foi irreversível o processo de retracção. A breve prazo, a presença portuguesa na região ficaria confinada aos redutos fortificados de Safim, Azamor e Mazagão. Os dois primeiros seriam abandonados, logo após a perda de Santa Cruz do Cabo de Gué, em 1541.

Conclusão

Como escrevemos na introdução a este breve apontamento sobre a vida de Bentafufa, o seu percurso inscreve-se na multiplicidade de experiências e vivências configuradas pela expansão portuguesa em terras de além-mar. Ele ilustra, tal como o de muitos outros votados ao esquecimento, o papel fundamental que certos agentes locais tiveram no processo das colonizações europeias. Sem arrenegarem o mundo e os valores espirituais/religiosos em que foram criados, trilharam o difícil caminho da colaboração com o conquistador ou com o colono estrangeiro. Bentafufa não foi um arrenegado, nem um tráfuga ou um tornado, como se dizia ao tempo. Fica, no entanto, a dúvida quanto às suas verdadeiras intenções. O mais provável é que, muito pragmaticamente, tenha apostado no lado daqueles que, na ocasião, lhe parecia reunirem melhores condições para dominar. Correu o risco e sofreu as consequências quando a correlação de forças se alterou.

Independentemente de ter ou não ter sido um leal servidor da Coroa portuguesa e das ambições pessoais que o moveram, não se lhe pode negar a estatura de estratega militar e de político. Defendeu causas e batalhou por elas.

Como alcaide dos «mouros das pazes», sempre se recusou a desempenhar o mero papel de intermediário. Assumiu-se, não raras vezes, como defensor dos interesses destes mouros junto das autoridades portuguesas. Assim o testemunham as suas queixas contra as taxas que, abusivamente, os obrigavam a pagar, as suas intervenções em defesa daqueles que injustamente eram aprisionados ou maltratados, a sua benevolência para com os cativos muçulmanos, as suas críticas aos oficiais portugueses que pagavam o trigo que era levado à cidade, metade em dinheiro, metade com pauladas. Enfim, tudo isto nos fala de um alcaide que lutava por que os «mouros das pazes» tivessem um estatuto de igualdade e não de submissão. O rabino Abrão Rute, num dos seus libelos acusatórios, captou bem este seu esforço para dar dignidade aos mouros de pazes: «a alguns dos Mouros, que vinham a submeter-se e com medo, dizia que porque vinham com tanto medo, que davam favor e punham fantasia nos Cristãos.»⁷⁴

⁷⁴ Memória do rabino Abrão Rute, Safim, 11 de Setembro de 1514, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, p. 3, m. 5, n.º 75, pub. em D. LOPES, *Textos...*, cit., pp. 86-94, e *Sources Inédites*, I, pp. 620-629 (citação colhida na p. 622).

Por outro lado, concebeu o protectorado, que ajudou a construir, como uma verdadeira zona de mouros de pazes (não de mouros de guerra). E, como se viu, conseguiu, pelo menos a partir da sua segunda estada em Portugal, convencer o monarca português a aderir à bondade desta estratégia, o que lhe valeu outras guerras.

Se junto de D. Manuel venceu a batalha da difamação, pois o monarca sempre o favoreceu e defendeu das acusações de traição que lhe foram feitas, outras batalhas teve de enfrentar no terreno, nomeadamente daqueles que se opunham a que se desse tanto poder a um Mouro, e que achavam uma perda de tempo investir no que Nuno Fernandes de Ataíde considerava a «geometria» das negociações, ou seja, reger e concertar as cousas de Alarves e Berberes e destes com Cristãos e Judeus. Por isso, a sua situação do lado português tornou-se insustentável, a partir do momento em que D. Manuel lhe deu o senhorio do campo: congregou a oposição dos governadores das cidades e daqueles que, «pela necessidade e costume que tinham cada dia em partir cavalgadas, agora não têm nada, por eu ter tudo em paz, como Vossa Alteza me mandou, e não ser proveito seu deles»⁷⁵. Quando ao lado muçulmano, exarcebado pela guerra santa contra os invasores, ele próprio define claramente a situação em que se encontrava:

«Não tenho terra onde viva em terra de Mouros, que não morra.»⁷⁶

⁷⁵ Carta de Bentafufa a D. Manuel [Safim, depois de 24 de Junho de 1517], IAN/TT, Casa dos Tratados, documentos árabes, caderno dos aljamiados, pub. em D. LOPES, *Textos...*, cit., pp. 51-61, e *Sources Inédites*, II, pp. 100-105 (citação colhida na p. 104).

⁷⁶ Carta de Bentafufa a D. Nuno [Safim, depois de 24 de Julho de 1517], IAN/TT, Casa dos Tratados, Documentos árabes, caderno dos aljamiados; pub. em David LOPES, *Textos...*, cit., pp. 62-71, e *Sources...*, cit., II, 106-110 (citação colhida na p. 110).